



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA sobre o empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Companhia Energética São José, realizada na cidade de Colina, em 04 de setembro de 2007.

Realizou-se, no dia 04 de setembro de 2007, às 17h00, na Secretaria Municipal da educação, Rua 7 de setembro, 606, Centro, Colina-SP a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Companhia Energética São José (Proc. SMA13.544/2007). Dando início aos trabalhos, o secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de estado do meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano neto, saudava e dava as boas-vindas a todos os representantes do Poder Executivo – nas pessoas do Excelentíssimo senhor Prefeito de Colina, Dieb Taha, do senhor secretário de Materiais e Suprimentos, Osny Cezar Paro e da senhora secretária de educação, Elizabeth Milani Neme, aos representantes dos órgãos públicos, ao gerente da regional da cetesb de Barretos, Walter Tadeu, das organizações da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar dessa audiência sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Companhia Energética São José. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, engenheira Maria Cristina Poletto. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-executivo do Consema, expôs, resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/2001 para condução das audiências públicas. Depois de a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, engenheira **Maria Cristina Poletto** tecer comentários sobre a importância da participação da população nesta etapa do licenciamento ambiental, cujas contribuições recolhidas durante a audiência e as forem encaminhadas à Secretaria do Meio Ambiente no período de cinco dias úteis após a realização desta audiência seriam consideradas como subsídios na análise do EIA/RIMA, passou-se à primeira etapa em que são apresentados o projeto e os estudos ambientais. O representante do empreendedor, **Antonio Alberto Stuchi**, Diretor da Companhia Energética São José, ofereceu as seguintes informações: que a Companhia Energética São José foi adquirida em 2006 pelo Grupo Açúcar Guarani, cujo maior acionista era o grupo francês Tereos, que possui diversas usinas espalhadas pelo estado de São Paulo e também na África; que atualmente a unidade de Colina produzia cerca de quatro milhões de sacas de açúcar, dez megawats de energia elétrica e melaço, sendo este



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

último destinado a outras unidades para a fabricação de álcool, pois a unidade de Colina não dispunha de refinaria; que com a ampliação industrial se pretendia dobrar a produção de açúcar, passando por oito milhões de sacas, atendendo a uma demanda mundial que cresce da ordem de 2.000.000 de toneladas ao ano, incrementar a produção de energia elétrica passando para 60 megawatts e instalar uma destilaria de álcool com capacidade de produção de 80 mil m³ de álcool anidro e etanol, visando atender a demanda cada vez maior deste combustível tanto no mercado interno como para o externo. Comentou também que para a produção de energia seria utilizado o bagaço de cana-de-açúcar, implementando-se desta forma a co-produção de energia verde, com eficiência 25% maior que as fontes atuais de energia elétrica, e que os resíduos gerados no processamento seriam utilizados para a adubação orgânica, ou seja, a ferti-irrigação com uso de vinhaça. Declarou, ainda, que a unidade de Colina empregava atualmente 512 empregados fixos e 1.300 safristas e com a ampliação haverá a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação da mão-de-obra e também o aumento da arrecadação de impostos para os municípios da região. **Marcos Affonso Ortiz Gomes**, representante da T.N. Ambiental, ofereceu as seguintes informações: 1) que, por se tratar de uma ampliação da capacidade de produção de açúcar e da co-geração de energia elétrica e também da instalação de uma destilaria para a produção de álcool todos os estudos ambientais foram aprofundados e dimensionados levando-se em conta tanto o aumento da utilização da capacidade hídrica disponível na região como o incremento das áreas de plantação de cana-de-açúcar, sendo previsto um aumento de 50% da utilização da capacidade hídrica do Córrego Estiva, além da utilização dos quatro poços de abastecimento existentes na unidade industrial; 2) que a expansão agropecuária para a ampliação da lavoura de cana-de-açúcar seria de 41 mil hectares, ou seja, quatro vezes a área atual, e que as áreas de canavial seriam arrendadas de proprietários rurais e ao compradas pela empresa; 3) que os impactos foram analisados de acordo com as diferentes fases determinadas pelo projeto ou seja, a obtenção da matéria-prima, colheita, processamento industrial da cana-de-açúcar e obtenção dos produtos, e em cada uma das etapas foram estudados os impactos aos meios físicos, biótico e antrópico em toda a área diretamente afetada, que engloba além da planta industrial também os municípios onde haverá produção agrícola para abastecer o empreendimento; 4) que foram analisados impactos referentes a aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas, os resíduos sólidos e líquidos na lavoura, queima de cana, colheita mecanizada, transporte, recepção, processamento industrial, venda e distribuição de produtos; 5) que para escolha das áreas para cultivo os estudos de perfil do solo apontaram as regiões com menor incidência de erosão, descartando-se as áreas frágeis do ponto de vista de estabilidade; 6) que os estudos hidrogeológicos identificaram que mesmo na época de estiagem o empreendimento utilizará 44% das águas do córrego Estiva, deixando disponível 66% para outros usos; 7) com relação ao meio biótico se verifica basicamente uma cobertura vegetal bastante frágil, em função da ocupação agropecuária histórica da região, e também a presença de fragmentos de transição de mata atlântica e cerrado, nos quais foram identificadas 56 espécies arbóreas; 8) com relação a fauna os estudos apontaram a presença de 82 espécies de répteis, 51 espécies de avifauna, 11



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

espécies de mamíferos e 23 espécies de peixes, que sofrerão impactos diretos em função de habitem pequenos fragmentos de vegetação, que serão impactados com o aumento do tráfego de caminhões e com as queimadas, e para mitigar estes impactos se propõe a criação de corredores de fauna interligando alguns fragmentos, a recuperação de APPs, a implementação de colheita mecanizada e a proibição de queimadas nas áreas de expansão agrícola; 9) com relação ao meio antrópico a lavoura de cana-de-açúcar lidera as áreas de ocupação, em função da renda que esta cultura produz, que vem sendo cultivada também nas áreas das antigas pastagens e aquelas utilizadas para a cultura de grãos; 10) haverá o aumento do tráfego dos caminhões nas estradas da região, especialmente na via de ligação entre os municípios de Colina e Barretos, e para minimizá-los serão firmadas parcerias com as prefeituras para a recuperação e manutenção destas estradas; 11) com relação aos impactos positivos haverá aumento da arrecadação de impostos, geração de empregos temporários durante a safra e aumento da arrecadação de impostos, geração de empregos temporários durante a safra e aumento da renda dos trabalhadores, e com relação aos impactos negativos está previsto o incremento das emissões de poluentes para a atmosfera, aumento da demanda por serviços de saúde e educação; 12) em função do aumento das emissões de poluentes atmosféricos seriam instalados novos equipamentos, permitindo que a qualidade do ar esteja enquadrada nos parâmetros estipulados pela cetesb, além do monitoramento constante das emissões; 13) que os estudos arqueológicos apontaram para a presença de patrimônio histórico e arqueológico na região, e qualquer evidência de fragmento será, imediatamente, comunicada ao IPHAN, e será feito um plano de resgate arqueológico; 14) que 0,5% do valor do empreendimento seria utilizado como compensação ambiental, que poderia ser aplicado na APP de bebedouro, mais próxima do empreendimento, embora coubesse a Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente a escolha da área mais adequada para receber estes recursos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. O Prefeito do município de Colina, **Dieb Taha**, depois de agradecer a presença dos representantes da empresa, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da população em geral, teceu os seguintes comentários: que estava muito satisfeito com a realização desta audiência pública, pois era um momento importante para que a sociedade pudesse conhecer detalhadamente o projeto, que vem beneficiando tanto a cidade de Colina como os municípios vizinhos, em função dos impactos positivos como a geração de empregos e o aumento da arrecadação de impostos; que o crescimento das atividades agrícolas e comerciais na região tem gerado um grande contentamento da população e especialmente por parte dos agricultores, responsáveis pelas terras arrendadas para a produção de cana; que a Prefeitura acompanharia de perto o cumprimento de toda a legislação ambiental, e que as parcerias entre a empresa e o poder executivo local vão gerar ganhos consideráveis nas áreas de saúde e educação, o que demonstrava a responsabilidade social assumida pela Companhia Energética São José para com a comunidade de Colina. Passou-se à etapa das réplicas. Depois de o representante do empreendedor, **Antonio Alberto Stuchi**, Diretor da Companhia Energética São José, declarar que agradecia a presença de todos e colocava-se à disposição para qualquer detalhamento sobre o projeto,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Marcos Affonso Ortiz Gomes, representante da T.N. Ambiental comentou que a sugestão apresentada pela Secretária da Educação de Colina, Elizabete Milani Neme, em recente reunião pública referente a participação da empresa aos programas municipais de educação infantil e de ensino profissionalizante seriam contemplados no projeto, e que cópias do material de divulgação do RIMA deste projeto encontravam-se à disposição de todos os presentes, documento este que poderia vir a balizar contribuições a serem encaminhadas no prazo de até cinco dias úteis. O **Secretário-Executivo** do Consema esclareceu que, como ninguém mais pretendia fazer uso da palavra, haviam sido cumpridas todas as etapas da audiência pública preconizadas pela Deliberação Consema 35/2001 para as quais não havia pessoas inscritas, e que, portanto, declarava encerrada a audiência. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

ARP/PS